

O elefante no divã: psicanálise, fundamentos morais e segregação institucional

Hudson A. R. Bonomo¹

Recebido em: 15/05/2026 · Aceito em: 01/07/2026

Resumo

Este ensaio investiga por que psicanalistas eticamente comprometidos são sistematicamente segregados pelas instituições psicanalíticas tradicionais. Utilizando a Teoria dos Fundamentos Morais de Jonathan Haidt, o texto demonstra que as sociedades psicanalíticas operam estruturalmente como comunidades morais conservadoras, priorizando fundamentos vinculantes — Lealdade, Autoridade, Santidade — sobre fundamentos individualizantes — Cuidado, Justiça, Liberdade. O ensaio percorre oito casos históricos — Ferenczi, Gross, Tausk, Pellegrino, M. D. Magno, Virgínia Bicudo, Neusa Santos Souza e Richard Isay — para demonstrar que o mecanismo de exclusão opera transversalmente em diferentes épocas, geografias e tipos de dissidência, desde a inovação clínica até a identidade racial e sexual. O texto examina o silêncio cúmplice dos pares, a patologização do dissidente como instrumento de poder, a produção de sofrimento excedente pelas instituições, e a captura do tripé formativo pelo capital. Como alternativa, propõe uma psicanálise não institucional organizada pela ética entre pares, pelo testemunho público e pela recusa da captura pelo capital, apontando para experiências concretas dessa inversão.

Palavras-chave: psicanálise institucional; fundamentos morais; segregação; ética psicanalítica; escuta periférica.

¹ Doutor em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida (UVA); Mestre em Engenharia Mecânica pela COPPE/UFRJ; Especialista em Clínica Psicanalítica pela Universidade Santa Úrsula (USU). Coordenador da Especialização em Teoria e Clínica Psicanalítica Freud-Lacaniana do CEP COP/USU. Psicanalista, professor e supervisor clínico. Cofundador da Escola Psicanalítica da Escuta Periférica (EPEP) e coordenador do Coletivo de Pesquisa Ativista em Psicanálise, Educação e Cultura (CPAPEC). Editor Chefe da Revista Tempo Psicanalítico entre 2022-2026. Curador dos congressos Multidão de Minorias (2022) e Corpos em Movimento (2025). Desenvolve pesquisa nas interfaces entre psicanálise, tecnocultura, inteligência artificial e pensamento anticolonial. Autor dos livros Labirintos da Alma de um Homem (2010), Jovem Psicanalista (2010), Psicanálise em Tempos de Tecnocultura (2020), Errância: Identificações Hiperdinâmicas em um Não-Lugar (2024) e O Impossível da Máquina: Por que a Inteligência Artificial não precisa ser inteligente (2026). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0656-7641>. E-mail: hudson.bonomo@gmail.com

The elephant on the couch: psychoanalysis, moral foundations and institutional segregation

Abstract

This essay investigates why ethically committed psychoanalysts are systematically segregated by traditional psychoanalytic institutions. Using Jonathan Haidt's Moral Foundations Theory as an analytical framework, the text demonstrates that psychoanalytic societies operate structurally as conservative moral communities, prioritizing binding foundations — Loyalty, Authority, Sanctity — over individualizing foundations — Care, Fairness, Liberty. The essay traces a series of historical cases — Ferenczi, Gross, Tausk, Pellegrino, M. D. Magno, Virgínia Bicudo, Neusa Santos Souza, and Richard Isay — to show that the mechanism of exclusion operates across different eras, geographies, and forms of dissidence, from clinical innovation to racial and sexual identity. The text further examines bystander complicity, the pathologization of dissent as a power instrument, and the institutional production of surplus suffering. As an alternative, it proposes a non-institutional psychoanalysis organized by peer ethics, public witnessing, and the refusal of capital capture, pointing to EPEP — the Psychoanalytic School of Peripheral Listening — as a concrete experience of this inversion.

Keywords: institutional psychoanalysis; moral foundations; segregation; psychoanalytic ethics; peripheral listening.

El elefante en el diván: psicoanálisis, fundamentos morales y segregación institucional

Resumen

Este ensayo investiga por qué psicoanalistas éticamente comprometidos son sistemáticamente segregados por las instituciones psicoanalíticas tradicionales. Utilizando la Teoría de los Fundamentos Morales de Jonathan Haidt, el texto demuestra que las sociedades psicoanalíticas operan estructuralmente como comunidades morales conservadoras, priorizando fundamentos vinculantes — Lealtad, Autoridad, Santidad — sobre fundamentos individualizantes — Cuidado, Justicia, Libertad. El ensayo recorre ocho casos históricos — Ferenczi, Gross, Tausk, Pellegrino, M. D. Magno, Virgínia Bicudo, Neusa Santos Souza y Richard Isay — para demostrar que el mecanismo de exclusión opera transversalmente en diferentes épocas, geografías y formas de disidencia, desde la innovación clínica hasta la identidad racial y sexual. El texto examina el silencio cómplice de los pares, la patologización del disidente como instrumento de poder, la producción institucional de sufrimiento excedente, y la captura del tripode formativo por el capital. Como alternativa, propone un psicoanálisis no institucional organizado por la ética entre pares, el testimonio público y el rechazo de la captura por el capital, señalando experiencias concretas de esa inversión.

Palabras clave: psicoanálisis institucional; fundamentos morales; segregación; ética psicoanalítica; escucha periférica.

A inquietação

Começo por onde toda escrita que se presta deveria começar: por uma ferida. Vi, ao longo de quinze anos de clínica e de vida institucional psicanalítica, pessoas generosas serem devoradas por engrenagens que juravam acolher. Vi clínicos brilhantes abandonarem sociedades com o olhar de quem saía de um relacionamento abusivo. Vi candidatos em formação aprenderem, antes da técnica, a arte do silêncio político. Vi colegas cujo único crime era pensar diferente serem tratados com a sutileza processual de um tribunal inquisitorial revestido de linguagem freudiana. Isso me inquieta. Não como queixa, mas como problema clínico: se a psicanálise é o campo que se dedica a escutar o que não se quer ouvir, por que suas instituições são tão eficazes em silenciar justamente os que falam?

Peço ao leitor que me acompanhe numa travessia que pode parecer improvável. Vou buscar fora da psicanálise, na psicologia moral de Jonathan Haidt, as ferramentas para desmontar um mecanismo que a psicanálise, curiosamente, não consegue desmontar de dentro. Não se trata de abandonar a psicanálise por outra disciplina. Trata-se de cotejar dois campos que raramente se olham, para que ambos revelem o que cada um, sozinho, preferiria manter na sombra.

Uma nota de método antes de prosseguir. Este ensaio examina oito casos históricos de segregação institucional na psicanálise. A seleção não é aleatória nem exaustiva. Os casos foram escolhidos para cobrir, sistematicamente, os seis fundamentos morais de Haidt em diferentes configurações de transgressão, abrangendo épocas (1908-2026), geografias (Europa Central, Brasil, Estados Unidos) e tipos de dissidência: clínica, política, epistemológica e identitária. O critério é cobertura estrutural, não acumulação confirmatória. A seção “O contraexemplo necessário,” adiante, discute os casos de exclusão legítima que a tese não pretende abranger e oferece critérios de distinção.

O elefante que ninguém analisa

Jonathan Haidt, em *A mente moralista* (2020), propõe uma imagem que deveria assombrar qualquer psicanalista: o elefante e o cavaleiro. As decisões morais, diz Haidt, não são produto da razão deliberativa. São intuições instantâneas, viscerais, pré-reflexivas. O cavaleiro, a parte racional, não comanda. Ele serve ao elefante. Seu trabalho é fabricar justificativas retrospectivas para decisões que o corpo moral já tomou. O cavaleiro é, nos

termos de Haidt, um porta-voz do elefante — não um cientista, mas um assessor de imprensa em tempo integral (HAIDT, 2020, cap. 2).

Qualquer analista reconhecerá aqui uma vizinhança. Freud já o dissera com outra língua: o eu não é senhor em sua própria casa. A racionalização é um mecanismo de defesa antigo e conhecido. Mas o que Haidt acrescenta, e que a psicanálise institucional se recusa a digerir, é que esse mecanismo não opera apenas na psique individual. Ele opera em grupos. Opera em comunidades morais. Opera em sociedades psicanalíticas.

Quando uma comissão de ética delibera sobre a exclusão de um membro, quando uma diretoria decide que determinada leitura teórica é “incompatível com a formação”, quando uma assembleia vota pela nulidade de uma admissão com dezesseis votos e zero abstenções, o elefante institucional já decidiu. Os argumentos estatutários, os pareceres jurídicos, as atas lavradas em linguagem impecável são o cavaleiro trabalhando depois. São a racionalização vestida de processo.

A pergunta não é se isso acontece. A pergunta é por que acontece justamente aqui, no campo que deveria ser o mais equipado para perceber o fenômeno.

Peço ao leitor que não passe rapidamente por esta pergunta, porque ela contém uma confissão metodológica que é, ela mesma, um sintoma. Se a psicanálise é o saber que inventou a análise do inconsciente, por que preciso recorrer a um psicólogo social norte-americano para diagnosticar o inconsciente das instituições psicanalíticas? A necessidade de importar ferramentas de fora não é apenas uma escolha interdisciplinar. É a prova de que o campo perdeu a capacidade de se analisar com os próprios instrumentos. É como se um cirurgião necessitasse de um profissional externo à medicina para operar a própria mão. A necessidade deste ensaio é a prova da tese deste ensaio. Se a psicanálise pudesse escutar o que suas instituições fazem, Haidt seria desnecessário. Ele é necessário porque a escuta, ali, falhou.

Os seis pilares do templo

Para responder, preciso apresentar a segunda ferramenta de Haidt: a Teoria dos Fundamentos Morais (HAIDT, 2020, caps. 6-8). Haidt e seus colaboradores identificaram seis eixos sobre os quais comunidades humanas constroem seus sistemas morais. Não são mandamentos, são sensibilidades, paladares morais. São eles: Cuidado (sensibilidade ao sofrimento alheio), Justiça (aversão à trapaça e ao privilégio ilegítimo), Lealdade (vínculo com o grupo, repúdio à traição), Autoridade (respeito à hierarquia e à tradição), Santidade

(preservação da pureza, nojo diante da contaminação) e Liberdade (reação à dominação e à opressão).

A descoberta provocadora de Haidt é que esses fundamentos não se distribuem igualmente. Comunidades progressistas tendem a operar prioritariamente com os fundamentos individualizantes: Cuidado e Justiça, com alguma ênfase em Liberdade. Comunidades conservadoras operam com todos os seis, mas com peso especial nos fundamentos vinculantes: Lealdade, Autoridade e Santidade. Aqui está o nó que nos interessa: as instituições psicanalíticas, independentemente da orientação política pessoal de seus membros, funcionam estruturalmente como comunidades morais conservadoras.

Faço aqui uma torção necessária: não estou dizendo que psicanalistas são politicamente conservadores. Muitos são progressistas convictos. O que estou dizendo é que a gramática moral que organiza a vida institucional psicanalítica opera pelos fundamentos vinculantes, e que essa operação é tanto mais eficaz quanto mais invisível permanece. Peço ao leitor que considere cada fundamento e reconheça, com a honestidade que o divã exigiria, o quanto sua própria instituição vibra nessas frequências.

Lealdade. A formação psicanalítica é, antes de tudo, uma formação de pertencimento. Não se entra numa sociedade psicanalítica como se entra numa universidade. Entra-se como se entra numa família, numa confraria, num pacto. A análise didática, a supervisão com analistas da casa, os seminários fechados, os ritos de passagem da candidatura ao título: tudo isso produz uma identificação grupal que Haidt reconheceria imediatamente como operação do fundamento Lealdade. O problema não é que exista lealdade. O problema é que, na economia moral institucional, a lealdade ao grupo frequentemente sobrepõe o cuidado com o sujeito. Quando um candidato hesita em criticar seu analista didata porque sabe que a crítica pode comprometer sua progressão institucional, a Lealdade já venceu o Cuidado.

Autoridade. A hierarquia psicanalítica é densa e sofisticada. Membro associado, membro efetivo, membro titular, didata, analista de formação. Cada degrau carrega um capital simbólico que não se nomeia, mas se sente. Haidt notaria que essa hierarquia não é apenas funcional; ela é moral. Questionar um didata não é apenas discordar de uma interpretação clínica; é um gesto que ativa, nos guardiões da instituição, a mesma resposta visceral que a insubordinação ativa em qualquer comunidade organizada pelo fundamento Autoridade. O elefante sente antes que o cavaleiro argumente.

Santidade. É aqui que o mecanismo se torna mais sutil e mais cruel. Toda comunidade moral possui objetos sagrados, fronteiras de pureza, sensibilidade à contaminação. Nas sociedades psicanalíticas, os objetos sagrados são o texto fundador (Freud, Lacan, Klein, a

depende da escola), o setting analítico (as quatro sessões semanais, o divã, o silêncio, a duração canônica), e a própria identidade do psicanalista como figura separada do terapeuta, do psicólogo, do conselheiro. Tocar nesses objetos não é simplesmente propor uma modificação técnica. É profanar. E a profanação ativa, nos termos de Haidt, o nojo moral: a resposta visceral de quem sente que algo impuro invadiu um espaço consagrado.

Vale demorar nesse ponto, porque o nojo não é um afeto psicológico menor nem politicamente inocente. Andreone Medrado e Yarlenis Malfrán (2025) mostram como o nojo opera como arma numa guerra colonial contra existências trans: a partir da imposição da cisnormatividade como princípio regulador do que os corpos podem ou não ser, o asco converte-se em munição de uma política de repúdio, cujos efeitos são mortíferos. O que a análise deles ilumina, e que importa a este ensaio, é que a sensibilidade à contaminação, que é o núcleo psíquico do fundamento Santidade, nunca é puramente teórica: ela recai preferencialmente sobre os corpos já marcados como impuros, dissidentes, fora da norma. Quando a instituição psicanalítica reage à presença de um analista homossexual, ou de um corpo negro, ou de uma existência trans, como se algo tivesse profanado o setting, o nojo moral de que fala Haidt e o nojo político de que falam Medrado e Malfrán são o mesmo afeto operando em registros contíguos: a defesa da pureza do templo é, sempre, a expulsão de quem foi designado como sujeira.

A clínica como heresia

Agora posso formular a tese central deste ensaio. As “pessoas boas” que são segregadas pelas instituições psicanalíticas não o são por serem incompetentes, desonestas ou clinicamente perigosas. São segregadas porque operam prioritariamente pelos fundamentos do cuidado, da justiça e da liberdade, numa comunidade cuja gramática moral profunda é organizada pelos fundamentos vinculantes de Lealdade, Autoridade e Santidade.

Quem são essas pessoas? São os clínicos que adaptam o setting porque escutam que o paciente precisa de outra frequência. São os formadores que abrem suas escolas a candidatos sem análise didática prévia, porque entendem que a formação começa na escuta, não no credenciamento. São os pesquisadores que dialogam com neurociências, com a inteligência artificial, com saberes que a ortodoxia considera contaminantes. São os que propõem assembleias horizontais em instituições verticais. São os que perguntam por que o pobre não chega ao divã.

São, em uma palavra, os clínicos que colocam o Cuidado acima da Lealdade, a Justiça acima da Autoridade, a Liberdade acima da Santidade. E que, por isso mesmo, são percebidos

pela comunidade moral institucional não como inovadores, mas como traidores, insubordinados, profanadores.

Essa percepção não é racional. É o elefante. O cavaleiro vem depois, vestido de estatuto, de parecer, de ata. Mas a decisão já estava tomada antes da primeira reunião de diretoria. O corpo institucional já havia sentido o nojo, a ameaça à pureza, a traição ao vínculo. Tudo o mais é liturgia.

Preciso de Ferenczi aqui. Não como ornamento bibliográfico, mas como caso clínico da própria tese.

O que Ferenczi já sabia

Sándor Ferenczi é o paradigma histórico da pessoa boa segregada pela psicanálise. Seu crime foi triplo, e cada uma das acusações que lhe foram feitas pode ser lida como transgressão a um fundamento vinculante. Primeiro, Ferenczi ousou experimentar clinicamente (análise mútua, técnica ativa, relaxamento), desafiando o setting sagrado: Santidade violada. Segundo, Ferenczi confrontou Freud, o pai fundador, sobre a realidade do trauma e sobre os efeitos iatrogênicos da hipocrisie profissional do analista: Autoridade desafiada. Terceiro, Ferenczi levou suas descobertas a um congresso (Wiesbaden, 1932) sem a bênção prévia do círculo íntimo, rompendo o pacto de silêncio que protegia a imagem do movimento: Lealdade traída.

A resposta do elefante institucional foi imediata e devastadora. Jones o declarou mentalmente perturbado. Freud recuou da amizade. O Diário Clínico foi suprimido por décadas. As contribuições de Ferenczi sobre trauma, sobre a importância da empatia do analista, sobre a análise como relação e não como espelho, foram exiladas do cânone. Só retornaram muito depois, e ainda hoje encontram resistência.

O que Haidt nos permite enxergar é que a exclusão de Ferenczi não foi um acidente, uma falha individual de Freud ou de Jones. Foi o funcionamento normal de uma comunidade moral. O sistema fez exatamente o que comunidades morais fazem quando percebem uma ameaça a seus fundamentos vinculantes: segregou o dissidente para preservar a coesão. A tragédia é que a coesão preservada era a coesão da cegueira.

Mas Ferenczi não é um caso isolado. É o primeiro movimento de um tríptico que atravessa o século XX e chega até nós.

Os outros exilados: Gross e Pellegrino

Otto Gross deveria ser mais lembrado do que é. Psicanalista austríaco, um dos primeiros discípulos de Freud, classificado pelo próprio Freud como o mais talentoso entre seus seguidores ao lado de Jung. Gross fez o que nenhum analista de sua geração ousou fazer: levou a teoria pulsional às suas consequências políticas. Se a repressão pulsional produz neurose, argumentou Gross, então a estrutura patriarcal da família burguesa é uma fábrica de sofrimento, e a psicanálise não pode contentar-se em tratar os efeitos sem confrontar as causas. Propôs a liberação sexual, a comunidade livre, a dissolução das hierarquias de gênero. Combinou Freud com o anarquismo. Contaminou o sagrado com o político.

A resposta do elefante foi a mesma de sempre, mas desta vez mais brutal. Em 1908, Jung internou Gross no Burghölzli. O analista virou paciente. O colega virou caso psiquiátrico. Hans Gross, pai de Otto e célebre criminologista, perseguiu juridicamente a internação do próprio filho. O movimento psicanalítico assistiu. E calou. Gross morreu em 1920 em Berlim, na pobreza, dependente de cocaína e ópio, esquecido por uma comunidade que ele havia confrontado com verdades que só décadas depois seriam retomadas por Reich, pela Escola de Frankfurt, por Deleuze e Guattari. Suas ideias sobre a relação entre repressão pulsional e dominação social anteciparam em meio século debates que a psicanálise tardou em reconhecer como seus.

Se Ferenczi transgrediu o fundamento Autoridade ao confrontar Freud, Gross transgrediu o fundamento Santidade ao contaminar a clínica com a política. Para a comunidade moral psicanalítica, a neutralidade do analista não era apenas uma técnica. Era um objeto sagrado. Tocar na neutralidade, politizar a escuta, declarar que a psicanálise deveria servir à transformação social, era profanação. E a profanação ativou o nojo moral, o mesmo nojo que Haidt descreve: algo impuro invadiu o templo. A resposta não foi argumentativa. Foi visceral. O elefante decidiu antes que qualquer cavaleiro montasse.

Faço agora a torção em direção ao Brasil, porque o padrão não é europeu. É estrutural.

Hélio Pellegrino era psicanalista, poeta, ensaísta, intelectual público e, sobretudo, um pensador profundamente marcado pela Teologia da Libertação², que articulava psicanálise, marxismo e um cristianismo libertário. Membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, filiada à IPA. Durante a ditadura militar brasileira, Pellegrino fez o que a maioria de seus colegas se recusou a fazer: denunciou a cumplicidade da psicanálise com a tortura. Amílcar Lobo, psicanalista em formação na SPRJ, participava das sessões de tortura em

² Pellegrino foi um dos idealizadores, com Frei Betto, do MIRE, o Grupo de Oração e Estudo “Mística e Revolução”, criado em 1985 sob forte influência da Teologia da Libertação. Católico e socialista, articulava psicanálise, marxismo e um cristianismo libertário.

centros clandestinos do regime militar, usando conhecimento clínico para calibrar o limite do sofrimento que o corpo do prisioneiro podia suportar sem morrer. Pellegrino não tolerou o silêncio da sociedade diante dessa obscenidade. Falou publicamente. Publicou na Folha de São Paulo, em 1983, o ensaio “Pacto Edípico e Pacto Social,” no qual articulou a tese de que a ditadura havia rompido o pacto social que sustenta a lei simbólica: “A ruptura com o pacto social, em virtude de sociopatia grave — como é o caso brasileiro — pode implicar a ruptura, no nível do inconsciente, com o pacto edípico” (PELLEGRINO, 1983, p. 9). A psicanálise não podia fingir que isso não lhe dizia respeito.

A resposta institucional foi previsível para quem leu até aqui. Pellegrino foi excluído. O analista que se recusou a ser espectador da pulsão de morte foi tratado como o problema. Não Lobo, que auxiliava a tortura. Pellegrino, que a denunciou. Nos termos de Haidt, o crime de Pellegrino foi inequívoco: transgrediu o fundamento Lealdade. Rompeu o pacto de silêncio. Expôs ao público o que deveria permanecer na sombra institucional. E para uma comunidade moral organizada pelos fundamentos vinculantes, a traição ao grupo é o pecado imperdoável, mesmo quando o grupo está protegendo um torturador.

Três analistas, três transgressões, três fundamentos violados. Ferenczi desafiou a Autoridade do pai fundador. Gross profanou a Santidade da neutralidade. Pellegrino traiu a Lealdade do silêncio. Em todos os três casos, o que motivou a transgressão foi um desses fundamentos: Cuidado com o paciente traumatizado (Ferenczi), Liberdade contra a opressão (Gross), Justiça diante da cumplicidade com a tortura (Pellegrino). E em todos os três casos, a comunidade moral respondeu com o mesmo mecanismo: exclusão do dissidente, recomposição do grupo, silêncio da plateia.

O padrão não é acidental. É o elefante, operando através das décadas, indiferente à geografia, à língua, à escola teórica. A paisagem muda; o mecanismo permanece.

Moralidade une e cega

Chego aqui à fórmula mais importante de Haidt para nosso problema: “A moralidade agrega e cega” (HAIDT, 2020, p. [xx]). Os mesmos processos que criam a coesão de um grupo produzem, simultaneamente, a incapacidade de perceber o que o grupo faz de errado. O sentimento de pertencimento que torna a sociedade psicanalítica uma comunidade viva e desejável é o mesmo que torna a dissidência insuportável. O orgulho da tradição que preserva o rigor clínico é o mesmo que transforma a inovação em heresia. O cuidado com a formação que protege o paciente é o mesmo que infantiliza o candidato.

Há uma ironia que preciso nomear, mesmo que ela doa. A psicanálise foi inventada como instrumento de desvelamento. Sua promessa fundacional é tornar consciente o que era inconsciente, escutar o que foi silenciado, acolher o que foi recalcado. Mas suas instituições operam, em larga medida, como máquinas de recalçamento coletivo. O inconsciente institucional, como René Kaës o conceituou, é justamente aquilo que a instituição precisa não saber sobre si mesma para continuar funcionando. E o que ela mais precisa não saber é que sua moral é tribal, que seu rigor é frequentemente rigidez, que sua tradição é frequentemente medo.

As “pessoas boas” são segregadas porque funcionam como o retorno do recalcado institucional. Sua presença lembra à comunidade o que ela preferiria esquecer: que a psicanálise nasceu como escândalo, como ruptura, como coragem de escutar o insuportável. Cada pessoa boa que insiste em cuidar mais do que obedecer, em perguntar mais do que reverenciar, em abrir mais do que fechar, ameaça a estabilidade do recalçamento. E é tratada como sintoma: algo a ser eliminado para que o funcionamento “normal” se restabeleça.

A plateia e a pulsão

Mas a segregação não se completa pelo ato de quem exclui. Ela se completa pelo silêncio de quem assiste. E aqui toco num ponto que me perturba mais do que a própria exclusão: a passividade dos colegas que se sabem éticos, que se dizem comprometidos com a escuta, que defendem em seus consultórios o direito do sujeito à palavra, e que, diante do cancelamento de uma pessoa boa, calam. Não por ignorância. Não por distração. Calam porque o silêncio, naquele momento, é a posição mais confortável que o elefante moral encontra.

Haidt nos oferece uma chave para entender esse silêncio: o conceito de “círculo moral.” Comunidades morais traçam fronteiras. Quem está dentro do círculo merece empatia, proteção, escuta. Quem foi colocado do lado de fora já não merece. E o mais perturbador: a operação de exclusão do círculo moral acontece antes do julgamento consciente. O elefante já reclassificou o colega como “problema,” como “caso,” como “aquele que causou confusão.” O cavaleiro, quando chega, encontra o veredicto pronto. E como a posição de espectador não exige nenhuma justificativa explícita, o cavaleiro nem precisa trabalhar. O silêncio não demanda racionalização. Ele simplesmente acontece.

Mas eu quero ir além de Haidt aqui, porque há algo que sua psicologia moral não alcança e que só a psicanálise pode nomear. Não se trata apenas de indiferença. Não se trata apenas de omissão calculada. Há prazer. Há satisfação na violência que não nos atinge. Somos

espectadores da pulsão de morte operando sobre o outro, e essa posição de espectador produz uma forma particular de gozo: o alívio de não ser o alvo, a confirmação narcísica de que estamos do lado certo, a gratificação secreta de ver cair quem ousou o que não ousamos.

Freud nomeou essa dinâmica em Psicologia das massas e análise do eu: a identificação com o líder (ou com a instituição que ocupa o lugar do líder) transforma a agressividade contra o dissidente em vínculo libidinal com o grupo. Cada exclusão reforça o pertencimento de quem permanece. Cada silêncio diante da injustiça é um voto renovado de lealdade. O espectador não é neutro. É cúmplice. E sua cumplicidade é tanto mais eficaz quanto mais se apresenta como neutralidade profissional, como prudência, como “não tomar partido.”

Anna Freud descreveu a identificação com o agressor como mecanismo pelo qual o sujeito ameaçado incorpora a posição daquele que o ameaça. Nas instituições psicanalíticas, esse mecanismo opera coletivamente: os que assistem à exclusão identificam-se, inconscientemente, não com o excluído (o que seria insuportável, porque exigiria ação), mas com a instância que exclui. Identificar-se com o excluído significaria reconhecer a própria vulnerabilidade, admitir que amanhã o alvo pode ser eu. Identificar-se com a instituição oferece a fantasia de invulnerabilidade. E essa fantasia tem um preço: o silêncio.

Peço ao leitor que não me acompanhe neste ponto com pressa demais. Não estou dizendo que os colegas silenciosos são monstros. Estou dizendo que são humanos, demasiado humanos, presos na mesma engrenagem moral que Haidt descreve: o elefante decide (o silêncio é mais seguro), o cavaleiro racionaliza (não conheço os detalhes, é uma questão interna, não me cabe interferir, cada um é responsável por si), e a comunidade se recompõe em torno de sua própria cegueira. A “ética” que esses colegas professam em seus consultórios não atravessa a porta da sala de reuniões. É uma ética de paladar seletivo: aguçada para o sofrimento do paciente, surda para o sofrimento do colega.

E aqui reside talvez a acusação mais grave que se pode fazer a uma comunidade psicanalítica: ela reproduz, em escala institucional, exatamente o mecanismo que trata em escala clínica. O paciente que assiste ao sofrimento do outro sem se implicar, que se refugia na posição de observador para não confrontar sua própria destrutividade, que sente alívio quando o mal cai sobre o vizinho e não sobre si, é um quadro clínico que qualquer analista reconheceria. Mas quando a instituição inteira ocupa essa posição, ninguém a analisa. Porque quem a analisaria precisaria estar fora dela. E quem está fora dela já foi classificado como *persona non grata*.

O paladar moral que a psicanálise perdeu

Quero propor, neste ponto, uma torção que talvez incomode. Não se trata de eliminar os fundamentos vinculantes da vida institucional. Haidt é explícito nisso: comunidades que operam apenas com Cuidado e Justiça tendem à fragmentação. Algum grau de Lealdade, de respeito à Autoridade, de preservação de certos espaços como sagrados, é necessário para que qualquer grupo humano se sustente no tempo. O problema não é a existência dos fundamentos vinculantes; é a hipertrofia deles às custas dos demais.

Uma instituição psicanalítica moralmente saudável, nos termos que Haidt nos oferece, seria aquela capaz de manter a tensão entre todos os seis fundamentos sem que nenhum devore os outros. Seria uma instituição onde a Lealdade ao grupo não anulasse o Cuidado com o sujeito. Onde a Autoridade da tradição não silenciase a Liberdade de pensar. Onde a Santidade do setting não impedisse a Justiça no acesso à formação.

Isso exigiria algo que Haidt chama de “humildade moral”: a capacidade de reconhecer que nosso paladar moral é parcial, que o elefante nos conduz mais do que gostaríamos de admitir, e que os argumentos que nos parecem irrefutáveis são, com frequência, racionalizações a serviço de intuições que não examinamos. Para um campo que se orgulha de examinar o que ninguém mais quer examinar, a pergunta é se teremos coragem de examinar nossas próprias intuições institucionais com a mesma implacabilidade que dedicamos às de nossos pacientes.

Mas não ofereço essa formulação como solução. Ofereço como diagnóstico. Soluções pressupõem que o problema pode ser resolvido por dentro, e a história da psicanálise sugere que comunidades morais raramente se reformam a partir de suas próprias comissões. As reformas, quando vêm, vêm de fora. Ou dos que foram expulsos.

O contraexemplo necessário

Um leitor rigoroso terá notado, a esta altura, que todos os casos apresentados confirmam a tese. Nenhum a desafia. Essa objeção é legítima e preciso enfrentá-la, porque um argumento que só se alimenta de confirmações é, nos termos do próprio Haidt, exatamente o que o cavaleiro faz: selecionar evidências a serviço de uma intuição prévia.

Há exclusões legítimas nas instituições psicanalíticas? Sim. Um analista que viola a fronteira sexual com um paciente deve ser excluído. Um profissional que exerce a clínica com negligência grave, colocando pacientes em risco, deve ser afastado. Um candidato que falsifica sua formação deve ter sua admissão anulada. Nesses casos, os fundamentos vinculantes operam a serviço do cuidado e da justiça: a Lealdade ao grupo protege o Cuidado com o paciente, a Autoridade da comissão de ética garante a Justiça do processo, a Santidade

do setting preserva a integridade da clínica. A exclusão legítima é aquela em que os seis fundamentos convergem, e não aquela em que os vinculantes esmagam o cuidado, a justiça e a liberdade.

A distinção é operacional. Na segregação que este ensaio descreve, o que se observa é um padrão em que o dissidente é excluído apesar de não ter cometido dano clínico, apesar de não ter violado nenhuma regra ética substantiva, e apesar de sua contribuição ao campo ser reconhecida inclusive por seus detratores. O que motiva a exclusão não é a proteção do paciente (Cuidado), mas a proteção da coesão grupal (Lealdade), da hierarquia ameaçada (Autoridade) ou do cânone contestado (Santidade). O teste é simples: quando a justificativa para a exclusão precisa recorrer a infrações formais, processuais ou estatutárias para encobrir uma rejeição que é substantivamente moral, o mecanismo de Haidt está operando. Outros pesquisadores poderão testar o dispositivo analítico aqui proposto aplicando-o a casos que não figuraram neste ensaio, incluindo casos em que a exclusão se revele legítima pelos critérios acima. Essa possibilidade de falsificação é condição de qualquer argumento que pretenda ser mais do que manifesto.

O acréscimo

Tempos difíceis. A frase soa gasta, mas carrega um peso que não se alivia pela repetição. São tempos difíceis para quem escuta, para quem forma e para quem insiste em habitar a psicanálise como vocação e não como carreira. E é justamente aqui que Freud precisa ser invocado, não como autoridade de escola nem como objeto sagrado, mas como clínico. Como clínico que pensou o sofrimento com uma sobriedade que suas instituições não herdaram.

Freud nos ensinou algo que deveria estar inscrito na porta de toda sociedade psicanalítica: a arte de viver não é eliminar o sofrimento, é sofrer na proporção dos eventos, sem acréscimos. A célebre formulação dos Estudos sobre a histeria apontava para isso: o objetivo da análise não é a felicidade, é transformar a miséria neurótica em infelicidade comum. “Você se convencerá de que muito se ganha se conseguimos transformar sua miséria histérica em infelicidade comum. Desta última você poderá se defender melhor com uma vida psíquica restabelecida” (FREUD, 2016, p. 239). A infelicidade comum é a que a vida impõe: o luto, a frustração, o limite, a finitude, a solidão inerente ao existir. A miséria neurótica é o que nós acrescentamos: a culpa que paralisa, a repetição que aprisiona, a fantasia que desfigura o real, o sintoma que faz sofrer duas vezes pelo que só precisaria doer uma.

Peço ao leitor que segure essa distinção enquanto olhamos, juntos, para o que as instituições psicanalíticas fazem com seus dissidentes.

A perda de um espaço institucional dói. Isso é infelicidade comum. Pertencer a um grupo e perdê-lo é um luto legítimo, proporcional ao evento. Ninguém precisa da psicanálise para saber que perder pertencimento dói. Mas o que as instituições acrescentam a essa dor? Acrescentam a patologização: o dissidente não discorda, está doente. Acrescentam o silêncio coletivo: os colegas que poderiam testemunhar a injustiça desviam o olhar. Acrescentam a inversão moral: quem denuncia torna-se culpado, quem cala é premiado com a permanência. Acrescentam a destruição da reputação, a manipulação de processos, a reescrita da história. E acrescentam, acima de tudo, a crueldade de fazer isso em nome da escuta, da ética, do cuidado com a formação.

Esses são os acréscimos. É a miséria neurótica da instituição, o excedente de sofrimento que ela manufatura para além do que a situação exigiria. É o que Freud teria reconhecido, se tivesse tido a coragem de analisar sua própria comunidade com a mesma implacabilidade com que analisou a família vienense: um sistema que produz mais dor do que a vida já impõe, e que disfarça essa produção excedente com a linguagem do cuidado.

Gross morreu na pobreza e no esquecimento. Isso não era proporcional ao evento de discordar de Freud. Ferenczi morreu com a reputação manchada por um diagnóstico fabricado. Isso não era proporcional ao evento de propor a análise mútua. Pellegrino foi excluído por recusar o silêncio diante da tortura. Isso não era proporcional a nada, porque nenhuma exclusão é proporcionada como resposta a um ato de coragem moral. Em cada caso, a instituição acrescentou. Fez o sujeito sofrer mais do que precisaria. Produziu miséria neurótica coletiva onde bastaria a infelicidade comum de um desacordo.

E aqui reside a acusação mais freudiana que se pode dirigir a uma instituição freudiana: vocês fazem com seus membros exatamente o que a neurose faz com o sujeito. Vocês acrescentam.

O acréscimo do próprio Freud

Mas seria desonesto invocar Freud como farol ético sem virar a lâmpada contra ele. Porque Freud não foi apenas o pensador que nos ensinou a arte do sofrimento proporcional. Freud foi, ele mesmo, um dos grandes fabricantes de acréscimo na história do movimento psicanalítico. E se este ensaio pretende não varrer nada para debaixo do tapete, precisa olhar para Viktor Tausk.

Tausk era psicanalista vienense, médico, pensador original, um dos membros mais brilhantes do círculo de Freud. Sua contribuição mais conhecida é o artigo “Sobre a gênese do ‘aparelho de influenciar’ na esquizofrenia” (1919), trabalho pioneiro que antecipou décadas de reflexão sobre a relação entre delírio, tecnologia e corpo. Tausk pensava por conta própria. E esse era o problema.

Freud temia que Tausk chegasse a conclusões semelhantes às suas antes que ele próprio as publicasse. O elefante freudiano sentiu a ameaça à sua prioridade intelectual e reagiu com uma sequência de gestos que, relidos com Haidt, revelam a gramática moral vinculante em estado puro. Primeiro, Freud recusou-se a analisar Tausk, enviando-o a Helene Deutsch. Segundo, Freud exigiu que Deutsch interrompesse a análise de Tausk, porque, segundo ele, os conteúdos que Tausk trazia às sessões aproximavam-se demais de suas próprias elaborações em curso. A justificativa era intelectual. O mecanismo era moral: Tausk ameaçava a Santidade da prioridade teórica e a Autoridade do pai fundador. E Freud, o homem que inventou a escuta, escolheu não escutar.

Deutsch obedeceu. Também ela estava presa no fundamento Lealdade: desobedecer a Freud significava arriscar sua própria posição no movimento. O Cuidado com o paciente foi sacrificado no altar da Autoridade. Tausk ficou sem análise, sem sustentação, sem lugar. Em 3 de julho de 1919, suicidou-se. Tinha quarenta anos.

A reação de Freud é um documento clínico que dispensa interpretação. Em carta a Lou Andreas-Salomé datada de 1º de agosto de 1919, quase um mês após o suicídio, Freud escreveu: “Confesso que não sinto realmente a sua falta; há muito o considerava inútil, na verdade uma ameaça para o futuro” (ROAZEN, 1990, cap. 10, tradução do autor). A frieza dessa confissão é o cavaleiro em seu momento mais transparente: nem sequer tenta montar uma justificativa elaborada. O elefante já resolveu. O alívio é confesso. Paul Roazen, em *Irmão animal* (1969), reconstruiu esse episódio com rigor documental e transformou Tausk no caso clínico que a história oficial da psicanálise preferia esquecer.

Há uma ironia que rasga o texto e que não posso deixar de nomear. O artigo mais importante de Tausk trata da “máquina de influenciar”: o delírio de ser controlado, drenado, manipulado por um aparelho externo que rouba os pensamentos e opera o corpo à distância. Tausk descreveu, na clínica com pacientes psicóticos, o mecanismo ao qual ele próprio estava submetido na vida institucional. A máquina que o influenciava, que drenava sua autonomia intelectual, que operava sua vida à distância, não era um aparelho delirante. Era a estrutura libidinal do movimento psicanalítico organizada em torno da figura de Freud. A máquina de influenciar era a própria instituição.

Trago Tausk para este ensaio não para demolir Freud. Freud permanece indispensável, e a citação sobre o sofrimento proporcional permanece verdadeira. Trago Tausk para impedir a idealização. Para lembrar que o mesmo homem que formulou a ética do sofrimento proporcional acrescentou, com suas próprias mãos, sofrimento desproporcional a um colega que confiou nele. Esse paradoxo não invalida Freud. Confirma a tese deste ensaio: o mecanismo é mais forte do que qualquer indivíduo, mesmo o indivíduo que o descobriu. O elefante moral não poupa seu próprio criador.

A loucura de ver longe

Há uma variante brasileira desse mecanismo que merece ser nomeada, porque opera com uma eficiência que dispensa estatutos, assembleias e pareceres jurídicos. Três palavras bastam: “ficou maluco’.” Sussurradas no corredor, repetidas no café entre sessões, passadas adiante com o meio-sorriso de quem compartilha um segredo público, essas três palavras realizam a exclusão moral completa sem que nenhuma instância formal precise deliberar. Não há ata. Não há voto. Não há defesa possível, porque não há acusação explícita. Há apenas um diagnóstico de corredor que, uma vez instalado, contamina retroativamente tudo o que o sujeito disse, escreveu e pensou. Se 'ficou maluco', então tudo o que produziu antes é suspeito. A obra inteira é relida pela lente da patologia. O que era ousadia vira delírio. O que era visão vira sintoma.

M. D. Magno conheceu essa sentença. E é preciso medir o que isso significa, porque Magno não era um diletante nem um outsider improvisado. Nascido em Campos dos Goitacazes em 1938, foi professor do Departamento de Psicanálise da Universidade de Paris VIII-Vincennes no período em que Jacques Lacan ali lecionava. Professor da UFRJ e da UERJ. Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Santa Maria. Fundador do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro. Em 1991, com Rosane Araujo, fundou a UniverCidadeDeDeus, instituição cultural sob a égide da psicanálise, num casarão em Jacarepaguá situado no centro geodésico da cidade do Rio de Janeiro, de cujas varandas se avistam, de um lado, a Cidade de Deus, uma das maiores comunidades carentes do município, e, de outro, a Barra da Tijuca. A posição geográfica não era acidental: Magno instalou seu pensamento na fratura, no ponto onde o Brasil se encontra consigo mesmo.

Com essa trajetória, Magno ousou o que a maioria de seus contemporâneos não ousou: pensar além do perímetro autorizado. Sua Nova Psicanálise propunha uma reformulação radical dos fundamentos do campo, integrando cosmologia, ciência, arte e filosofia numa arquitetura teórica que recusava os limites disciplinares que as escolas tratavam como

sagrados. Magno não se contentou em comentar Freud ou em glosar Lacan, embora tivesse lecionado em Paris VIII no período de Lacan e herdado legitimamente a interlocução. Quis refundar. E a refundação, para a comunidade moral psicanalítica, é a transgressão suprema ao fundamento Santidade: não é uma profanação pontual, é a proposta de um novo templo.

A resposta do campo foi previsível. Não houve refutação teórica sustentada. Não houve debate à altura. Houve o diagnóstico de corredor: 'ficou maluco'. E uma vez pronunciada a sentença, a plateia se recompôs. Os que poderiam ter dialogado com a provocação teórica de Magno escolheram a segurança da distância. Os que poderiam ter reconhecido a coragem de pensar fora do perímetro preferiram a prudência de permanecer dentro. O silêncio, mais uma vez, fez o trabalho da exclusão sem que ninguém precisasse assumir a responsabilidade de excluir.

Peço ao leitor que note a estrutura, porque ela é idêntica em todos os casos que este ensaio examinou. Jones diagnosticou Ferenczi como psicótico. Jung internou Gross como paciente. Freud abandonou Tausk como caso perdido. O establishment descredenciou Magno como delirante. Em cada episódio, a linguagem clínica é sequestrada pela dinâmica moral: o vocabulário que deveria servir à escuta é transformado em instrumento de silenciamento. O diagnóstico não descreve o sujeito; protege a comunidade. Não nomeia uma patologia; marca uma fronteira. Diz, em linguagem técnica, o que o elefante já sentia em linguagem visceral: esse sujeito não é dos nossos.

Há algo de especialmente triste nessa operação quando exercida no Brasil, onde a psicanálise se construiu contra ventos coloniais, com menos recursos, menos bibliotecas, menos legitimidade acadêmica do que na Europa. Os bandeirantes da psicanálise brasileira, aqueles que abriram território teórico em condições adversas, deveriam ser tratados como o que são: desbravadores. Em vez disso, são chamados de loucos. E o campo se empobrece, voluntariamente, a cada vez que escolhe o diagnóstico de corredor em vez do debate de ideias.

Quando o corpo é a heresia

Preciso abrir mais uma camada, e esta é talvez a mais dolorosa, porque revela que o mecanismo de segregação não opera apenas contra ideias dissidentes. Opera contra corpos. Contra existências. Contra formas de estar no mundo que a comunidade moral psicanalítica classificou, antes de qualquer julgamento clínico, como incompatíveis com a posição de analista.

Até aqui, os personagens deste ensaio foram segregados por pensar diferente, por falar o que não devia ser dito, por propor o que não devia ser proposto. Ferenczi, Gross, Tausk,

Pellegrino, Magno³: cada um transgrediu um fundamento moral vinculante por meio de suas ideias ou atos. Mas há uma exclusão anterior, mais profunda, mais silenciosa, que não exige nenhuma transgressão para se realizar. Basta ser. Basta ocupar o espaço com um corpo que o elefante moral classifica como impuro.⁴

Virgínia Leone Bicudo fundou a psicanálise brasileira. A frase deveria ser suficiente. Nascida em São Paulo em 1910, filha de Giovanna Leone, imigrante italiana, e de Teófilo Bicudo, descendente de escravizados — cujo pai fora impedido de cursar medicina por ser negro —, Virgínia tornou-se a primeira psicanalista não médica do Brasil, a primeira mulher a fazer análise na América Latina, cofundadora e diretora da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, fundadora da Sociedade de Psicanálise de Brasília, primeira brasileira a publicar no *International Journal of Psychoanalysis*. Em 1945, escreveu a primeira dissertação sobre relações raciais no país, demolindo o mito da democracia racial com ferramentas psicanalíticas, demonstrando que o racismo operava por recalçamento, idealização e introjeção.

A resposta da comunidade? Invisibilização. Sua dissertação pioneira foi incluída como apêndice no projeto UNESCO-Anhembi sobre relações raciais e simplesmente excluída da segunda edição, em 1959. Num documento institucional, sua cor foi registrada como “branca.” A operação é cirúrgica: para que Virgínia coubesse na comunidade moral psicanalítica, seu corpo precisou ser apagado. Não a expulsaram como Ferenczi, não a internaram como Gross. Fizeram algo mais sutil e mais eficaz: permitiram que existisse, desde que deixasse de ser negra. O fundamento Santidade, aqui, opera em seu registro mais literal e mais violento: a pureza não é apenas teórica. É epidérmica.

Neusa Santos Souza percorreu caminho semelhante e destino mais trágico. Psicanalista lacaniana baiana, radicada no Rio de Janeiro, Neusa publicou em 1983 *Tornar-se Negro*, obra que inaugurou o debate contemporâneo sobre racismo e subjetividade no campo psicanalítico brasileiro. A tese central é de uma lucidez cortante: ser negro não é uma condição dada, é um devir, um tornar-se que exige a conquista de um discurso sobre si mesmo

³ Não escapa à análise que os cinco casos de transgressão aqui reunidos são de homens. Isso não é um acaso do arquivo, mas parte do próprio argumento. Esses homens ocupavam, pela posição de gênero, um lugar de relativo privilégio na estrutura patriarcal do campo psicanalítico; e, ainda assim, foram expelidos quando priorizaram o cuidado, a justiça ou a liberdade contra a lealdade ao grupo. Se o mecanismo de exclusão não poupa nem quem a estrutura tende a proteger, é possível dimensionar sua violência sobre quem já ocupa, de saída, a posição de corpo impuro. A exclusão do transgressor privilegiado e a exclusão silenciosa de quem sequer precisa transgredir para ser expelido são, por isso, os dois lados de um mesmo dispositivo moral.

⁴ A escolha de Virgínia Bicudo e Neusa Santos Souza não esgota, evidentemente, o repertório de mulheres cujas trajetórias evidenciam esse mesmo mecanismo. Muitas outras caberiam aqui, de pioneiras silenciadas na história oficial da psicanálise a clínicas contemporâneas segregadas por adaptarem o setting às exigências de suas populações. A opção por esses dois nomes é ilustrativa, não exaustiva, e o recorte deste ensaio deve ser lido como um convite a que outras exclusões, ainda menos narradas, sejam também trazidas à escrita.

contra toda uma estrutura simbólica que oferece ao sujeito negro apenas um Ideal do Eu branco, impossível de alcançar. O livro foi recebido pelo meio psicanalítico com indiferença. Não houve refutação. Não houve debate. Houve algo pior: silêncio. A comunidade simplesmente não respondeu. Neusa morreu em dezembro de 2008. Suicidou-se. Tinha 57 anos. O livro que o campo ignorou foi reeditado em 2021 pela Zahar e hoje é considerado referência incontornável. Mais uma vez, a psicanálise canonizou depois quem silenciou em vida.

E se o corpo negro foi apagado, o corpo dissidente na sexualidade foi patologizado com ainda maior eficiência institucional, porque contava com o aval da própria teoria. A American Psychoanalytic Association, uma das mais influentes do mundo, barrou explicitamente analistas abertamente gays e lésbicas do acesso à formação durante décadas. Candidatos que não escondessem sua orientação sexual eram considerados portadores de uma “patologia” que os tornava inaptos para a escuta analítica. Richard Isay, psicanalista e professor de psiquiatria na Cornell, viveu dez anos de análise tentando ser “curado” de sua homossexualidade. Quando se assumiu e começou a lutar contra a política discriminatória da APsaA, enfrentou quinze anos de resistência institucional. Em 1987 e 1989, suas propostas de abertura da formação a candidatos gays foram rejeitadas. Só em 1992, com a ameaça de um processo judicial apoiado pela ACLU, a associação cedeu formalmente. E só em 2019, vinte e sete anos depois, a APsaA emitiu um pedido formal de desculpas por suas práticas discriminatórias.

Ralph Roughton, analista didata e homem gay, descreveu o que a maioria não ousou dizer: que durante décadas, analistas gays e lésbicas viveram no armário institucional, escondendo quem eram para poder exercer a profissão que amavam. Alguns se submeteram a análises para “curar” sua orientação. Outros simplesmente se calaram. Nos termos de Haidt, a heterossexualidade compulsória dos institutos de formação operava pelo fundamento Santidade na sua forma mais crua: a homossexualidade era percebida como contaminação, como impureza que ameaçava o espaço sagrado do setting analítico. O elefante sentia nojo. O cavaleiro transformava o nojo em teoria: “fixação pré-genital,” “desenvolvimento incompleto,” “déficit estrutural.” A linguagem clínica, mais uma vez, armada como instrumento de exclusão moral.

Peço ao leitor que sustente uma última pergunta antes de seguirmos. O que acontece com um campo do saber quando os corpos que ele exclui são justamente os corpos que poderiam ensiná-lo algo sobre o sofrimento que ele pretende escutar? Quando a psicanálise barra o negro e o homossexual, ela não está apenas cometendo uma injustiça social. Está

mutilando sua própria capacidade clínica. Está se privando das vozes que poderiam complexificar sua escuta, ampliar seu repertório, desestabilizar seus pontos cegos. A segregação dos corpos não é apenas moralmente condenável. É clinicamente suicida.

A segregação como clínica invertida

Peço ao leitor que me acompanhe numa última travessia antes de encerrar, ou antes de relançar, porque este texto não pretende fechar o que abriu.

O que acontece quando uma pessoa boa é segregada de uma instituição psicanalítica? O que ela perde? E o que ela leva consigo? Conheço a resposta porque habito essa pergunta. Perde-se o pertencimento, a rede de referências, o sobrenome institucional, o reconhecimento dos pares, a legitimidade que só o carimbo da sociedade confere. É uma perda real, e tratá-la como irrelevante seria desonesto.

Mas o que se leva é igualmente real, e talvez mais importante. Leva-se a liberdade clínica que a lealdade impedia. Leva-se a possibilidade de escutar sem o filtro da ortodoxia. Leva-se, paradoxalmente, o que a psicanálise mais valoriza e que suas instituições mais temem: a capacidade de estar só diante do desconhecido, sem a muleta do pertencimento tribal, sem a anestesia do consenso.

Tausk se matou aos quarenta anos, abandonado pelo homem que deveria tê-lo escutado. Gross morreu na pobreza, esquecido por uma comunidade que se beneficiaria de suas ideias meio século depois. Ferenczi morreu poucos meses depois de Wiesbaden, com a reputação envenenada por um diagnóstico fabricado. Pellegrino foi excluído por recusar o silêncio diante do intolerável. Magno, que ensinou em Paris VIII ao lado de Lacan, foi descredenciado por um sussurro de corredor. Virgínia Bicudo, que fundou a psicanálise brasileira, teve sua negritude apagada dos registros para que coubesse no campo. Neusa Santos Souza, que escreveu o livro que a psicanálise não quis ler, morreu sem que o campo lhe respondesse. Richard Isay precisou de um processo judicial para poder formar-se analista sem esconder quem amava. Winnicott ocupou posição periférica na Sociedade Britânica de Psicanálise durante boa parte de sua carreira, embora nunca tenha sido formalmente excluído (RODMAN, 2003). Lacan foi expulso da IPA. Os fundadores da psicanálise relacional foram inicialmente marginalizados pela ortodoxia norte-americana. Em cada caso, a segregação precedeu a inovação que o campo viria a incorporar décadas depois, sem jamais pedir desculpas. A psicanálise tem o hábito de silenciar seus profetas e, depois, canonizá-los.

Haidt nos ajuda a entender por que esse padrão se repete: não é acidental, é estrutural. A mesma dinâmica moral que faz uma comunidade funcionar como comunidade é a que exige

a expulsão do diferente. Não há como ter a coesão sem a exclusão. A pergunta é se sabemos disso.

E se sabemos, o que fazemos com esse saber?

Seria desonesto encerrar um ensaio de diagnóstico sem arriscar uma direção. Não uma solução, porque soluções pertencem ao registro do cavaleiro, e o que proponho aqui requer que o próprio elefante seja reeducado. Mas uma direção. Uma aposta.

Uma ética sem templo

A alternativa não é reformar a instituição. A história que este ensaio percorreu deveria ter convencido o leitor de que comunidades morais não se reformam por deliberação interna. Os mesmos fundamentos vinculantes que produzem a coesão produzem a resistência à mudança. Propor uma assembleia para reformar a assembleia é pedir ao elefante que analise a si mesmo. Isso não acontece. Não aconteceu com Freud, não aconteceu com a IPA, não aconteceu com a APsA, não acontecerá com nenhuma sociedade organizada pela gramática que Haidt descreve.

A alternativa é outra coisa. É uma psicanálise fora do templo.

Não anti-institucional, pois a recusa pura da instituição equivale à adolescência teórica. Mas não institucional, no sentido que as sociedades psicanalíticas deram ao termo: estruturas verticais de credenciamento, hierarquias de capital simbólico, rituais de passagem que operam mais como filtros morais do que como garantias de formação clínica. Uma psicanálise organizada por outro princípio. Um princípio que Haidt reconheceria como a inversão deliberada da hierarquia moral que descrevemos ao longo de todo este ensaio.

Nos termos dos fundamentos morais, a inversão é esta: onde as instituições colocaram Lealdade ao grupo, colocar Cuidado com o sujeito. Onde colocaram Autoridade da hierarquia, colocar Justiça no acesso à formação. Onde colocaram Santidade do cânone, colocar Liberdade de pensar. Não eliminar os fundamentos vinculantes, porque sem algum grau de vínculo nenhuma comunidade sobrevive. Mas subordiná-los, explicitamente, conscientemente, aos fundamentos do cuidado, da justiça e da liberdade. Fazer do Cuidado o princípio organizador, não o resíduo que sobra depois que a Lealdade foi satisfeita.

Mas essa inversão só se sustenta se acompanhada de um dispositivo que as instituições tradicionais jamais aceitaram: o testemunho público da ética. As sociedades psicanalíticas operam pelo pacto denegativo: o acordo tácito sobre o que não será dito. A alternativa é o oposto: um compromisso explícito com a transparência dos processos de formação, de avaliação, de inclusão e de exclusão. Não a transparência ingênua que ignora o inconsciente,

mas a transparência estrutural que recusa o segredo como instrumento de poder. Se a escuta é pública na clínica (no sentido de que seus efeitos se manifestam na vida do sujeito, não apenas na sala fechada), a ética da formação também precisa ser pública. Não no sentido de expor intimidades, mas no sentido de tornar visíveis os critérios, as decisões, os conflitos. Quando a exclusão de um membro pode acontecer em silêncio, o silêncio é o instrumento. Quando precisa acontecer sob o olhar dos pares e do público, o poder é forçado a prestar contas.

Há uma dimensão que não posso ignorar porque é estrutural: o capital. A formação psicanalítica tradicional é cara. Análise didática quatro vezes por semana durante anos, supervisão paga, seminários fechados, anuidades de sociedade. Essa estrutura econômica não é neutra: ela seleciona por classe, por raça, por geografia. Quando a formação custa o que custa, o “ficou maluco” ganha uma dimensão adicional: quem não pode pagar não pode entrar, e quem entra pagando caro tem um investimento a proteger. A Lealdade não é apenas moral; é financeira. A alternativa é uma formação que recuse a captura pelo capital sem recusar o rigor. Escolas gratuitas, supervisão entre pares, seminários abertos, produção teórica de livre acesso. Não por caridade, mas por princípio: se a psicanálise é um saber sobre o sofrimento humano, ela não pode se organizar como um clube de acesso restrito sem trair sua própria razão de existir.

E aqui é preciso nomear a inversão mais perversa que o capital opera sobre a formação: a captura do tripé. O tripé psicanalítico — análise pessoal, supervisão, estudo teórico — foi concebido como dispositivo de transformação subjetiva. Analisar-se para atravessar o próprio inconsciente. Supervisionar para sustentar a escuta do outro. Estudar para dar linguagem à experiência clínica. Mas quando o tripé custa o que custa, ele se transforma de experiência em credencial. Pessoas “completam” o tripé como quem completa um MBA: checklist cumprido, título no cartão, horas contabilizadas em planilha institucional. A análise vira registro de frequência. A supervisão vira relatório para a comissão de ensino. A teoria vira citação decorada para a arguição de admissão. O tripé que deveria produzir analistas produz membros. E há uma diferença abissal entre as duas coisas. O analista é alguém que se deixou transformar pela escuta. O membro é alguém que cumpriu os requisitos para pertencer. E quando o pertencimento custa tanto, questionar a instituição significaria questionar o valor do próprio diploma, a legitimidade do próprio investimento, o sentido dos anos gastos e do dinheiro pago. O tripé capturado pelo capital transforma a formação em sunk cost, e o sunk cost transforma o analista em guardião do templo. Não por maldade. Por economia psíquica. Proteger a instituição é proteger o investimento. E assim, o dispositivo que deveria produzir

liberdade clínica produz, em grande quantidade, lealdade financeira travestida de rigor formativo.

Essas propostas podem soar abstratas. Mas já existem experiências concretas que as praticam, em diferentes graus e com diferentes limitações.

No Brasil, a Escola Psicanalítica da Escuta Periphérica (EPEP), braço formativo do CPAPEC, oferece formação psicanalítica inteiramente gratuita, com mais de 51% de composição preta e periférica, clínica social voltada a corpos em vulnerabilidade, e publicação acadêmica com revisão por pares. No plano internacional, a Philadelphia Association, fundada por R. D. Laing em 1965, operou durante décadas como alternativa anti-institucional à psiquiatria e à psicanálise mainstream britânica, com comunidades terapêuticas horizontais e formação aberta. São experiências distintas, em contextos distintos, mas ambas partilham o mesmo princípio: organizar a formação pelo Cuidado e pela Justiça, não pela Lealdade e pela Santidade.

A EPEP nasceu, como relata Jairo Carioca, um de seus fundadores, da constatação de que Virgínia Bicudo era um “nome fantasma” nos seminários de formação tradicionais. Ronald Lopes, cofundador, descreve a resistência que enfrentaram: “Escutamos de tudo: que isso não era psicanálise, que a gente estava deturpando Freud, que era militância disfarçada de clínica.” Os mesmos fundamentos morais vinculantes operando: Santidade violada (isso não é psicanálise), Autoridade desafiada (deturpando Freud), Lealdade questionada (militância disfarçada).

Cabe aqui uma nota de transparência: o autor é cofundador da EPEP (cf. Declaração de Conflito de Interesse). Incluo-a neste ensaio não como exemplo ideal, mas como caso contemporâneo documentável da dinâmica que o texto descreve. Em 16 de maio de 2026, o Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras votou pela exclusão da EPEP. A escola que pratica a ética sem templo que este ensaio propõe como alternativa foi submetida ao mesmo mecanismo que todos os personagens destas páginas conheceram. A EPEP não é imune ao mecanismo; nenhuma experiência humana é. Mas sua exclusão é, ela mesma, evidência da tese.

A questão é se o campo terá a coragem de olhar para essas experiências como o que elas são: não como desvios marginais, mas como o futuro da psicanálise.

O ciclo e a vigília

Mas antes de relançar, preciso enfrentar a pergunta que todo o ensaio preparou e que seria desonesto evitar: se o próprio Freud cometeu as violências que descrevemos, se o

mecanismo operou através do homem que o descobriu, que esperança resta de que qualquer alternativa escape ao mesmo destino?

Porque o problema é mais fundo do que parece. Não é que Freud tenha falhado apesar de ter inventado a psicanálise. É que o mecanismo que ele descobriu no sujeito opera igualmente nos grupos, e nenhuma quantidade de saber sobre ele o neutraliza. Saber que se racionaliza não impede de racionalizar. Saber que o elefante decide antes do cavaleiro não dá ao cavaleiro o controle do elefante. Freud sabia tudo sobre projeção, identificação, pulsão de morte, e mesmo assim abandonou Tausk, marginalizou Gross, rompeu com Ferenczi. O saber não protege. Essa é a ferida.

E Lacan é a prova final. Ele não apenas viu o lacanismo virar religião. Ele previu. Denunciou a IPA como burocracia, criou a École Freudienne de Paris como alternativa, e quando a École replicou exatamente o que ele havia denunciado, fez a dissolução em 1980. Foi o ato mais honesto da história institucional da psicanálise: matar a própria criação antes que ela devorasse tudo o que representava. Mas o que veio depois? Dezenas de escolas lacanianas, cada uma reivindicando a herança legítima, cada uma replicando as mesmas dinâmicas de Lealdade, Autoridade e Santidade que Lacan havia diagnosticado. A dissolução interrompeu o ciclo por um instante. Depois, o ciclo recomeçou. A repetição é mais forte do que a dissolução.

A honestidade exige dizer primeiro o que não é saída. Não é reforma interna. O ensaio já demonstrou por quê: comunidades morais não se reformam a partir de suas próprias comissões. Não é dissolução como ato único, porque Lacan provou que a dissolução é um gesto, não uma política; funciona uma vez, depois é institucionalizada como mito fundador. Não é a troca de líderes, porque o mecanismo é mais forte do que qualquer indivíduo, como o caso do próprio Freud demonstra. E não é a simples criação de novas instituições, porque toda instituição tende a replicar, eventualmente, o que veio combater. A EPEP, que acabei de nomear como alternativa, não está imune. Nenhuma experiência humana está.

Então, que saída? Vejo três caminhos. Nenhum definitivo. Todos exigindo vigilância permanente.

O primeiro é tratar a instituição como análise, não como estrutura. Se a análise pessoal não tem “conclusão” — se o sujeito não “se cura” do inconsciente, mas desenvolve a capacidade de notar quando está sendo operado por ele —, então a instituição psicanalítica deveria funcionar com a mesma lógica. Não como estrutura estável que se protege da mudança, mas como processo que se interroga permanentemente. Isso implica mecanismos concretos: mandatos rotativos sem exceção, auditorias éticas externas, assembleias abertas ao

público, revisão periódica de todos os critérios de admissão e exclusão. Não como burocracia adicional, mas como dispositivo analítico aplicado à própria instituição. Se o analista precisa de supervisão para não se cegar, a instituição também precisa. E a supervisão institucional não pode vir de dentro. Precisa vir de fora, de quem não está preso nos fundamentos vinculantes do grupo.

O segundo é a finitude como princípio estrutural. Em vez de construir instituições para durar eternamente — o que ativa a Santidade e a Lealdade na forma mais tóxica —, construir instituições com prazo. Ciclos de dez, quinze anos, após os quais o coletivo se dissolve e, se quiser, se refunda sob novos termos, com novos membros, com novas regras. A dissolução lacaniana transformada em princípio constitutivo, não em gesto de desespero. Isso destrói o sunk cost: se a instituição tem prazo, o investimento emocional e financeiro não se cristaliza em lealdade defensiva. E impede a canonização dos fundadores, porque a refundação exige repensar tudo, inclusive o legado de quem fundou.

O terceiro é o testemunho público como antídoto permanente ao pacto denegativo. A ética não pode ser interna, secreta, regulada por comissões que deliberam em sessão fechada. Precisa ser pública, visível, contestável. Não a transparência ingênua que expõe tudo sem critério, mas a transparência estrutural que impede o silêncio como instrumento de poder. Quando uma exclusão precisa acontecer diante de todos, com todos os argumentos visíveis, o elefante perde a proteção da sombra. Não desaparece. Mas opera sob luz, e sob luz os cavaleiros têm mais dificuldade de fabricar justificativas que ninguém pode questionar.

E há uma dimensão que vai além da psicanálise, e que talvez a psicanálise precise aceitar que não resolve sozinha. Hannah Arendt propôs o conceito de natalidade: a capacidade humana de começar algo novo, de interromper o ciclo da repetição pelo ato inaugural. “A ação é a mais intimamente relacionada com a condição humana da natalidade; o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir” (ARENDT, 2007, cap. 1). Toda instituição tende à morte — à repetição, à rigidez, à exclusão do diferente. Mas cada novo sujeito que entra traz consigo a possibilidade de recomeço. A questão é se a instituição suporta essa natalidade ou a domestica. Se acolhe o que nasce ou o conforma ao que já existe.

E a filosofia Ubuntu — eu sou porque nós somos — oferece algo que a tradição europeia da psicanálise nunca formulou: a ideia de que o sujeito não se constitui contra o grupo nem apesar do grupo, mas com o grupo, numa reciprocidade que não exige a anulação da singularidade. A psicanálise ocidental oscilou sempre entre o singularidade da clínica (o sujeito no divã, sozinho com seu analista) e o tribalismo da instituição (o grupo que exige

lealdade como condição de pertencimento). Talvez o que falta seja uma terceira posição que nem Freud nem Lacan puderam conceber, porque ambos pensavam a partir da tensão indivíduo-civilização que o Ocidente herdou. Uma posição onde o coletivo não seja nem a massa freudiana que anula o sujeito, nem o Outro lacaniano que o aliena, mas o campo onde singularidade e vínculo coexistem sem que uma devore o outro.

Relançamento

Este ensaio não encerra. Relança. Cada seção abriu uma ferida que permanece aberta, e é assim que deve ser, porque a psicanálise nos ensinou que o fechamento prematuro é defesa, não cura.

Começamos com uma inquietação: por que a psicanálise segrega as pessoas boas? Haidt nos deu a gramática: porque comunidades morais organizam-se por fundamentos vinculantes que exigem a exclusão do que ameaça a coesão. Freud nos deu a ética — sofrer na proporção, sem acréscimos — e nos deu a prova de que o mecanismo não poupa nem seu próprio criador. Lacan nos deu a dissolução como gesto de honestidade, e nos deu a prova de que a dissolução não interrompe o ciclo. Ferenczi, Gross, Tausk, Pellegrino, Magno, Virgínia Bicudo, Neusa Santos Souza, Richard Isay: oito nomes que são muitos mais, porque em cada sociedade psicanalítica do mundo há alguém que foi silenciado enquanto a plateia assistia.

Oferecemos uma aposta: uma psicanálise fora do templo, organizada pelo Cuidado e pela Justiça, sustentada pelo testemunho público, recusando a captura pelo capital e pelos jogos de poder. E reconhecemos, com a honestidade que este ensaio exige de si mesmo, que essa aposta também está sujeita ao mecanismo que denuncia. Não há saída definitiva. Há vigília. Há a disposição de interromper o ciclo a cada vez que ele se instala, sabendo que ele vai se reinstalar. Há a coragem de construir instituições mortais, não imortais. E há a humildade de reconhecer que a psicanálise, sozinha, não resolve o que a psicanálise, sozinha, criou.

Porque, no fundo, a pergunta sobre por que pessoas boas são segregadas da psicanálise é a mesma pergunta que a psicanálise faz a cada paciente que se deita no divã: o que você precisa não saber sobre si mesmo para continuar sendo quem você é?

A resposta não está na resolução. Está na capacidade de sustentar a pergunta. Na coragem de agir enquanto a sustentamos. E na disposição de, quando o elefante voltar a decidir por nós, notarmos. A tempo.

Declaração de conflito de interesse

O autor é cofundador da EPEP — Escola Psicanalítica da Escuta Periférica, mencionada neste ensaio como experiência concreta da alternativa proposta. Essa condição é declarada em transparência. A análise dos mecanismos institucionais descritos no texto é sustentada por fontes bibliográficas independentes e por casos históricos documentados por outros pesquisadores. A inclusão da EPEP como caso contemporâneo é justificada por sua pertinência ao argumento, e o leitor dispõe das informações necessárias para avaliar criticamente essa inclusão.

Referências

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. (Ed. original: *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.)
- BICUDO, Virgínia Leone. Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. *Sociologia*, v. 9, n. 3, 1945.
- EISOLD, Kenneth. The Intolerance of Diversity in Psychoanalytic Institutes. *International Journal of Psychoanalysis*, London, v. 75, n. 4, p. 785-800, 1994.
- ENRIQUEZ, Eugène. *L'organisation en analyse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- FREUD, Anna. *O ego e os mecanismos de defesa*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria [1895]. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v. 2.
- FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu [1921]. In: FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15.
- GRAHAM, Jesse et al. Moral Foundations Theory: The Pragmatic Validity of Moral Pluralism. *Advances in Experimental Social Psychology*, Burlington, v. 47, p. 55-130, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-407236-7.00002-4>.
- HAIDT, Jonathan. *A mente moralista: por que pessoas boas são divididas por política e religião*. Tradução de Maurício Rouanet. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020. (Título original: *The Righteous Mind: Why Good People Are Divided by Politics and Religion*. New York: Vintage Books, 2012.)
- HEUER, Gottfried. *Sexual Revolutions: Psychoanalysis, History and the Father*. Hove: Routledge, 2011.
- ISAY, Richard. *Becoming Gay: The Journey to Self-Acceptance*. New York: Pantheon Books, 1996.
- ISAY, Richard. *Being Homosexual: Gay Men and Their Development*. New York: Farrar, Straus & Giroux, 1989.
- KAËS, René. *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.
- KERNBERG, Otto. *Ideology, Conflict, and Leadership in Groups and Organizations*. New Haven: Yale University Press, 1998.

- KIRSNER, Douglas. *Unfree Associations: Inside Psychoanalytic Institutes*. London: Process Press, 2000.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- LACAN, Jacques. Lettre de dissolution. *Ornicar?*, Paris, n. 20-21, jan. 1980.
- MEDRADO, Andreone; MALFRÁN, Yarlenis. O nojo como arma na guerra colonial contra existências trans. *Trivium – Estudos Interdisciplinares*, [S. l.], v. 1, n. esp., 2025. Disponível em: <https://ojs.uva.br/index.php/trivium/article/view/218>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- METZ, Thaddeus. Ubuntu as a Moral Theory: Reply to Four Critics. *South African Journal of Philosophy*, Pretoria, v. 26, n. 3, p. 321-342, 2007. DOI: <https://doi.org/10.4314/sajpem.v26i3.31526>.
- PELLEGRINO, Hélio. Pacto edípico e pacto social. *Folha de S. Paulo*, Folhetim, n. 347, p. 9-11, 11 set. 1983.
- PHILADELPHIA ASSOCIATION. *About*. London: Philadelphia Association, 2024. Disponível em: <https://www.philadelphia-association.co.uk>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- RAMOSE, Mogobe B. *African Philosophy Through Ubuntu*. Harare: Mond Books, 1999.
- ROAZEN, Paul. *Brother Animal: The Story of Freud and Tausk*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1990. (Publicação original: New York: Alfred A. Knopf, 1969.)
- RODMAN, F. Robert. *Winnicott: Life and Work*. Cambridge, MA: Perseus Publishing, 2003.
- ROUDINESCO, Élisabeth. *História da psicanálise na França*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. (Ed. original: La bataille de cent ans: histoire de la psychanalyse en France. Paris: Seuil, 1982-1986. 2 v.)
- SHWEDER, Richard A. *Thinking Through Cultures: Expeditions in Cultural Psychology*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. (Ed. original: Rio de Janeiro: Graal, 1983.)
- TAUSK, Viktor. Über die Entstehung des "Beeinflussungsapparates" in der Schizophrenie [Sobre a gênese do "aparelho de influenciar" na esquizofrenia]. *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse*, v. 5, p. 1-33, 1919.
- TUTU, Desmond. *No Future Without Forgiveness*. New York: Doubleday, 1999.
- VELOSO, Amanda Mont'Alvão. *Quem foi Virgínia Bicudo: mulher, negra e pioneira na psicanálise, mas invisível no Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Psicanalíticos, 2020.
- VIANNA, Helena Besserman. *Não conte a ninguém: contribuição à história das sociedades psicanalíticas do Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.